

## OS ESPAÇOS PÚBLICOS NAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS: UMA (RE)VISÃO<sup>1</sup>

Los espacios públicos en las ciudades contemporáneas: una (re)visión

Public spaces in the contemporary city: a (re)view

### RESUMO

Nas últimas décadas e, especialmente, a partir de 1990, a temática dos espaços públicos entrou definitivamente na agenda das ciências sociais e da geografia. Com o presente artigo, buscamos fazer uma revisão de parte desta bibliografia e, em específico, interrogar criticamente a assim chamada *tese do fim dos espaços públicos*, isto é, o argumento de que os espaços públicos das cidades contemporâneas e/ou pós-modernas estariam passando por um processo global de “regressão”, “decadência” e “crise”.

**Palavras-chave:** Espaços Públicos; Cidades Pós-Modernas.

### Andre Felix de Souza

Doutorando do Programa de  
Pós-graduação em Geografia –  
UFRJ.

andrefelix\_rj@hotmail.com

Artigo recebido em:

Primeiro semestre de 2018

Artigo publicado em:

09/08/2018

**1** - O presente artigo é parte integrante das reflexões contidas no primeiro capítulo de minha tese de doutorado (em andamento), orientada pelo professor Paulo Cesar da Costa Gomes e pela professora Letícia Parente Ribeiro (PPGG-UFRJ). Uma versão preliminar deste texto foi apresentada sob a forma de palestra por ocasião do “1º Seminário Internacional Espaços Públicos: espaços públicos, espaços políticos”, realizado nos dias 6 e 7 de junho de 2017, na UFRJ, na cidade do Rio de Janeiro.

André Felix de Souza

### RESUMEN

En las últimas décadas y, especialmente, a partir de 1990, la temática de los espacios públicos entró definitivamente en la agenda de las ciencias sociales y de la geografía. Con el presente artículo, buscamos hacer una revisión de parte de esta bibliografía y, en específico, interrogar críticamente la así llamada tesis del fin de los espacios públicos, es decir, el argumento de que los espacios públicos de las ciudades contemporáneas y / o postmodernas estarían pasando por un proceso global de “regresión”, “decadencia” y “crisis”.

**Palabras-clave:** Espacio público; Ciudades Posmodernas.

### ABSTRACT

In the last decades, and especially since 1990, the theme of public spaces has definitely entered the agenda of the social sciences and of geography. With the present article, we seek to review some of this bibliography and, in particular, critically interrogate the so-called the end of public spaces thesis, that is, the argument that the public spaces of contemporary or postmodern cities would be going through a global process of “decay”, “regression” and “crisis”.

**Keywords:** Public Spaces; Postmodern Cities.

## INTRODUÇÃO

A década de 1990 é um importante marco para os estudos que contemplam o tema dos espaços públicos. Foi a partir desse momento que o interesse de intelectuais e teóricos de todo o mundo por essa temática se intensificou mais claramente, houve um aumento exponencial no número de pesquisas que tem os espaços públicos como tema central de reflexão em diversas disciplinas acadêmicas como a geografia, a antropologia, a sociologia, a ciência política, o planejamento urbano, a arquitetura e o urbanismo, a comunicação social, a história, a filosofia e a psicologia social<sup>2</sup>. Apesar de numerosos, porém, parte significativa desses estudos aparece revestida por uma leitura relativamente pessimista quanto ao presente e ao futuro dos espaços públicos em diversas cidades do mundo. Em outras palavras, não são poucos os autores que, no contexto atual, fazem apelo direto ou indireto às ideias de “decadência”, “regressão” e “crise” para descrever a situação dos espaços públicos nas cidades contemporâneas e/ou pós-modernas que, na bibliografia internacional e nacional, ficou conhecida como a *tese do fim dos espaços públicos* (Davis, [1990] 1993; Sorkin, 1992; Zukin, 1995; Light & Smith, 1998; Caldeira, 2000; Mitchell, 2003; Kohn, 2004; Low & Smith, 2006; Serpa, 2007; Staeheli & Mitchell, 2008; Zukin, 2010).

Uma variada gama de fenômenos, segundo nos conta a bibliografia, justificaria essa tendência, que é vista como

correlata de transformações mais amplas e que ocorrem em escala global, associadas geralmente ao advento da pós-modernidade (Lyotard, [1989] 1993) e das cidades pós-modernas (Harvey, [1989] 2003; Soja, [1989] 1993; Dear, 2000)<sup>3</sup>. Segundo esse argumento, as novas formas de segregação urbana surgem como verdadeiras aniquiladoras da esfera pública e, portanto, dos espaços públicos. Na visão desses autores, os espaços públicos são ameaçados por um conjunto de forças e eventos que incluem, entre outras coisas: cortes nos orçamentos públicos; a violência nas grandes cidades; leis e políticas públicas que restringem a liberdade; o crescimento da privatização e da gestão privada desses espaços (Madden, 2010; Mitchell, 2016).

A cidade pós-moderna, por sua natureza supostamente fragmentada, seria simultaneamente expressão e condição de sociedades que valorizam a homogeneidade em detrimento da heterogeneidade nas relações sociais? Os espaços comuns (privados) estão substituindo os espaços públicos enquanto lugares fundamentais para o exercício da sociabilidade urbana? Podemos falar em uma “crise” dos espaços públicos nas cidades brasileiras? Essas são algumas das questões que discutiremos no presente artigo, ao revisitar parte da bibliografia produzida sobre o tema dos espaços públicos nas últimas décadas.

Optamos por dividir o texto em quatro tópicos. No primeiro

**2** - Para uma quantificação deste aumento na geografia, ver (Mitchell, 2016, p.3).

**3** - Os anos entre colchetes representam a data original da primeira edição publicada e os anos entre parênteses remetem às edições referenciadas.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018  
ISSN 2175-3709

tópico, propomos uma reflexão acerca das ideias de “decadência”, “regressão” e “crise” dos espaços públicos nas cidades modernas. No segundo tópico, demonstramos como a discussão que se fez ao longo da década de 1990 sobre o advento das cidades pós-modernas se associou à assim chamada tese do fim dos espaços públicos. No terceiro tópico, a partir de subtemas selecionados na literatura especializada, comentamos a obra de alguns dos principais autores que refletiram sobre o tema dos espaços públicos nas últimas três décadas, com exemplos retirados de diversas cidades do mundo e do Brasil. No quarto e último tópico, questionamos criticamente alguns dos pressupostos da tese do fim dos espaços públicos.

### *A “erosão” da função política dos espaços públicos: alguns antecedentes*

Sabemos que o discurso acerca da “decadência”, “regressão”, “crise” ou, para os mais pessimistas, “fim” dos espaços públicos, nas ciências sociais e na geografia privilegia sua dimensão política e negligencia na maior parte dos casos sua dimensão sociocultural. Segundo esse argumento, a atual “crise” estaria ligada à ideia de que o crescente individualismo da sociedade moderna triunfou e o indivíduo perdeu a confiança e o interesse nas experiências públicas e comuns. A crescente apatia política e o desinteresse de grande parte dos cidadãos em relação às questões referentes ao bem comum e público

são vistas como os principais sintomas desse processo de “retração” da esfera pública e dos espaços públicos.

Para corroborar a tese do fim dos espaços públicos, a maior parte dos autores que refletem sobre esse tema faz referência aos clássicos estudos de Hannah Arendt (1958), Jürgen Habermas (1962) e Richard Sennett (1974). Esses três autores demonstram como, nas sociedades modernas das grandes massas urbanas, as fronteiras entre as esferas públicas e privadas tornaram-se mais difíceis de ser delimitadas e como as relações entre elas são mais complexas e imbricadas no mundo moderno. Em outras palavras, eles descrevem o lento e gradual processo de “erosão” da função política dos espaços públicos nas sociedades modernas (Arendt, [1958] 2007; Habermas, [1962] 1984; Sennett, [1974] 1989).

O livro de Jürgen Habermas *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1984), grosso modo, descreve uma transformação estrutural por ele identificada na assim chamada *esfera pública burguesa* que, ao longo da modernidade, perdeu parte de suas características fundamentais. A tese do livro de Habermas pode ser bem resumida no trecho abaixo:

“Tendências à decadência da esfera pública não se deixam mais desconhecer: enquanto a sua esfera se amplia cada vez mais grandiosamente, a sua função passa a ter cada vez menos força. Mesmo assim, a esfera pública continua sendo, sempre ainda, um princípio organizacional de nosso ordenamento político” (Habermas, 1984, p. 17).

Para o filósofo Jürgen Habermas (1984), a *esfera pública* é uma noção abstrata, uma esfera que faz a mediação entre

a sociedade civil e o *Estado*, onde ela, a *sociedade civil* organizada (pessoas privadas que se reúnem enquanto um público), fazendo uso do debate racional, se expressa através da *opinião pública* em prol do interesse público e do *bem comum*. Inspirada no modelo da *polis* grega da Antiguidade Clássica, esta ideia ganhou força no início da Era Moderna no continente europeu no processo de constituição da esfera pública burguesa, que nascera como uma forma de oposição ao modelo de organização social e política dos impérios absolutistas (Habermas, 1984).

O Estado, à moda burguesa, se transformou na instituição responsável pela gestão da sociedade civil através da *publicidade*, estando sempre sujeito às críticas da opinião pública. Opinião pública no sentido do estabelecimento de um relativo consenso acerca da ideia de bem comum ou de interesse público. Habermas reconhece que o potencial completo da concepção burguesa de esfera pública nunca fora concretizado na prática, pois, os espaços fundamentais de exercício da esfera pública politicamente ativa do início da Era Moderna, os famosos cafés franceses entre 1680 e 1730 e os salões ingleses que funcionaram entre a Regência e a Revolução, não eram acessíveis a todos, mesmo abrangendo amplas camadas da classe média (ver Habermas, 1984).

Enquanto Habermas reflete sobre a ideia relativamente abstrata de esfera pública, a filósofa Hannah Arendt em seu *A Condição Humana*

(2007) prefere falar em *espaços públicos*, uma visão geograficamente mais rica da dimensão política da vida pública, já que considera relevante a espacialidade do fenômeno. Segundo Hannah Arendt, o nascimento da noção de espaço público teria ocorrido ainda na Antiguidade Clássica, na Grécia, quando se põe em prática uma nova forma de contrato social, não mais baseada em relações de parentesco (família) e credos mitológicos (religião), mas sim na política e no direito, cuja característica essencial seria a igualdade e a reciprocidade das relações sociais (isonomia). Esta nova forma de contrato social (a cidadania) e este novo indivíduo (o cidadão) pressuporiam a existência de uma nova forma de organização do espaço: eis que surge a *polis* - um círculo geométrico cujo centro, a *Ágora*, um antigo espaço aberto destinado ao mercado, ganha o status de espaço público, o lugar do encontro entre iguais (nos termos da lei), e ao seu redor, encontra-se o *Oikos*, o espaço privado (ver Arendt, 2007).

Em sua argumentação, Hannah Arendt afirma que, no mundo moderno, das sociedades de grandes massas urbanas (metrópoles), houve uma espécie de sobreposição da esfera privada sobre a esfera pública: “enriquecimento da esfera privada através do moderno individualismo” (Arendt, 2007, p. 48), onde a dimensão política e a dimensão social se confundem e dão origem a uma *esfera híbrida*, diluindo a antiga divisão entre o privado e o político ou



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018  
ISSN 2175-3709

público, aquilo que ela chamou de “*a promoção do social*”. Em suas palavras: “*No mundo moderno, as esferas social e política diferem muito menos entre si, (...) as duas esferas constantemente recaem uma sobre a outra, como ondas no perene fluir do próprio processo da vida*” (Arendt, 2007, pp. 42-43).

Já o livro de Richard Sennett, *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade* (1989), descreve historicamente a decadência do homem público, da vida pública e, por extensão, dos espaços públicos que, segundo o autor, quando comparados a tempos pretéritos, perderam o seu sentido de existência. Em suas palavras:

Esses sinais gritantes de uma vida pessoal desmedida e de uma vida pública esvaziada ficaram por muito tempo incubados. São resultantes de uma mudança que começou com a queda do Antigo Regime e com a formação de uma nova cultura urbana, secular e capitalista (Sennett, 1989, p. 30).

Ao se referir aos espaços públicos da Idade Moderna, Richard Sennett descreve um “espaço público morto” (p. 26), convertido em mero lugar de passagem, onde as ruas e calçadas tornaram-se contingentes do movimento. Segundo Sennett, após o Renascimento, o emprego da palavra público na França (*le public*), que remetia ao significado de bem comum e do corpo político, gradualmente passou também a significar uma região especial da *sociabilidade*. No início do século XVIII, tanto em Paris quanto em Londres, conforme argumenta Sennett, o sentido de quem era “o público” e do lugar em que se estava quando se saía “em público” foi ampliado (Sennett, 1989).

As grandes capitais da Europa estavam crescendo como nunca ocorrera, sendo habitadas por grupos cada vez mais diversos e, nesse contexto, a expressão “público” passou a designar uma região social separada do âmbito da intimidade. Essas cidades habitadas por grupos cada vez mais diversificados passaram a ser chamadas de *cosmopolitas* e a figura do cosmopolita tornara-se o homem público perfeito, aquele que sabe conviver com a diversidade. As “Cosmópolis” do século XVIII, converteram-se em locais onde estranhos podiam regularmente se encontrar. Nesse período, foram construídos enormes parques urbanos e passeios públicos para pedestres, que transformaram o ato de caminhar pela cidade em uma forma de lazer.<sup>4</sup> Os primeiros cafês (*coffeehouses*) e mais tarde bares (*cafes*) que se tornariam, igualmente, importantes centros da vida social de então, também foram construídos nesse período (ver Sennett, 1989).

O advento do capitalismo industrial, porém, segundo o argumento de Sennett, teria transformado radicalmente o sentido da vida pública nessas cidades. Nas grandes metrópoles capitalistas, o privado se sobrepunha ao público. O comportamento em público foi alterado e, em meados do século XIX, cresceu a noção de que estranhos não deviam se falar, de que em público todos tinham o direito de ser deixados em paz. Em suas palavras: “*O comportamento público era um problema de observação e de participação passiva, um certo tipo de voye-*

4 - *O Passeio Público da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, fora construído na segunda metade do século XVIII pelo escultor e arquiteto Valentim da Fonseca e Silva, sendo o primeiro parque público das Américas.*

risimo” (Sennett, 1989, p. 43). Ao converter o homem público em uma figura passiva, afirma Sennett, as grandes metrópoles capitalistas descaracterizaram os espaços públicos e a vida pública que, a partir de então, não tinham mais o mesmo sentido de existência (Sennett, 1989).

Essas três obras fundamentais, passaram a ser utilizadas como referências para a discussão do tema dos espaços públicos, especialmente para aqueles que buscavam associar a situação atual da vida pública ao discurso da “decadência”, da “regressão” e da “crise”. Este discurso encontra eco nos mais variados campos das ciências sociais. Geralmente, esses autores se apoiam em uma visão idealizada e nostálgica do que teria sido esse espaço público em tempos pretéritos, para então construir uma narrativa evolutiva de perda. Segundo argumenta Gomes (2010), grosso modo, podemos dividir esta narrativa evolutiva em três momentos chaves: o nascimento da noção de espaço público teria ocorrido ainda na Antiguidade Clássica, na *polis* grega; um segundo momento fundamental, o amadurecimento da ideia de espaço público, parece ter sido o início da constituição dos Estados Modernos após o Renascimento e a formação dos Estados-nação; já o terceiro período, o atual, seria o do envelhecimento e da decadência desses espaços. Esta narrativa evolutiva, nostálgica por natureza, pode ser vista como uma das principais justificativas para o atual pessimismo em

relação aos espaços públicos, conforme constata o geógrafo inglês Peter Jackson: “*In lamenting the privatization of public space in modern city, some observers have tended to romanticize its history*” (Jackson, 1998, p. 176).<sup>5</sup>

### *Os espaços públicos nas metrópoles pós-modernas: a tese do fim dos espaços públicos*

É relativamente comum entre intelectuais e teóricos das mais diversas filiações político/ideológicas e matizes epistemológicos, teóricos e metodológicos associar o conjunto de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais ocorridas após a década de 1970 no mundo Ocidental ao advento da pós-modernidade. Conforme o argumento defendido pelo filósofo francês François Lyotard (1989), o esforço intelectual do chamado “projeto” da modernidade que, segundo a historiografia tradicional do Ocidente, teve início no século XVII, teria entrado em colapso e um novo ciclo teria se iniciado. A condição pós-moderna, nos diz Lyotard, é um fenômeno multifacetado, cujas reais delimitações e implicações são ainda controversas, imprecisas e imprevisíveis (Lyotard, [1989] 1993).

Para os geógrafos David Harvey, Edward Soja e Michael Dear, todavia, são nas grandes cidades do mundo Ocidental que os sintomas da pós-modernidade parecem mais flagrantes. Na arquitetura e no urbanismo, por exemplo, fala-se muito em

5 - (Em tradução livre): “Ao lamentar a privatização do espaço público na cidade moderna, alguns observadores tendem a romantizar sua história” (Jackson, 1998, p. 176).



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018  
ISSN 2175-3709

pós-modernismo, ou seja, a superação do modelo racionalista/funcionalista característico do urbanismo modernista, que considerava que o planejamento das cidades deveria se centrar no desenvolvimento de planos urbanos de larga escala, de alcance metropolitano, tecnologicamente racionais e onde a justificativa para o desenho urbano era baseada principalmente em seu desempenho funcional. Em oposição ao urbanismo modernista, o pós-modernismo nega o universalismo e a generalização (Jacobs, [1961] 2003). Para os arquitetos e urbanistas pós-modernistas a cidade é, obrigatoriamente, um espaço fragmentado, um “palimpsesto” de formas passadas sobrepostas umas às outras, isto é, uma “colagem”. Para eles, portanto, é impossível produzir ou transformar a cidade a não ser aos pedaços, valorizando as tradições e as histórias locais (ver Harvey, 2003; Soja 1993; Dear, 2000).

Este “novo” urbanismo, afirma Mike Davis (1993), tem transformado radicalmente diversas cidades ao redor do mundo, mas são nas grandes metrópoles dos Estados Unidos que seus efeitos são mais evidentes. Nesse sentido, a cidade de Los Angeles é paradigmática. Ela é apontada por muitos como o exemplo mais emblemático do que se poderia chamar hoje de cidade pós-moderna, tornando-se, por esse motivo, o principal alvo das críticas que são dirigidas a este “novo” modelo de cidade (ver Soja, 1993; Dear, 2000; Davis, 1993). Primeiramente, faz-se alusão à sua ex-

cessiva fragmentação socioespacial (formação de enclaves étnicos ou mesmo a proliferação de condomínios fechados) e, em segundo lugar, decreta-se a “decadência”, a “regressão” e a “crise” dos seus mais tradicionais espaços públicos, um impulso que é percebido como sendo altamente “antidade” (Davis, 1993).<sup>6</sup>

O modelo de Los Angeles, conforme destacam vários autores, não é mais exclusivo e está presente em todos os cantos do mundo capitalista pós-industrial (Del Rio, 1997; Erkan, 2007). A fragmentação do tecido urbano, característica essencial da difundida ideia de uma cidade pós-moderna, tem na segregação socioespacial uma de suas expressões mais notáveis (Harvey, 2003; Soja 1993; Dear, 2000). Nesta *cidade-mosaico*, afirmam alguns, os espaços públicos perderam parte de suas características essenciais - espaços de copresença das diferenças e da diversidade; de discussão e deliberação do bem comum e/ou público; do exercício cotidiano da urbanidade, da civilidade, da cortesia, da polidez, do cosmopolitismo, da cidadania, da democracia e da sociabilidade pública - e foram substituídos por espaços que privilegiam a homogeneidade social e a cultura do consumo: *shopping centers*, parques temáticos, loteamentos e condomínios fechados, centros empresariais e comerciais, etc. (Davis, 1993; Sorkin, 1992).<sup>7</sup>

É esta nova condição urbana (pós-moderna) que o arquiteto e urbanista norte-americano Michael Sorkin descreve no

**6** - O quarto capítulo do influente livro de Mike Davis *City of Quartz: excavating the future in Los Angeles* [1990] é aberto com um sugestivo tópico intitulado “A destruição do espaço público” (Davis, 1993, p. 207). Para um ponto de vista diferente sobre a situação dos espaços públicos de Los Angeles, ver Crawford (1995) e Davidson & Entrikin (2005).

**7** - “In many versions of the end of public space argument, the central issue is exclusion” (Madden, 2010, p. 189). (Em tradução livre): “Em muitas versões do argumento do fim do espaço público, a questão central é a exclusão” (Madden, 2010, p. 189).

influyente livro por ele editado intitulado *Variations on a theme park: the new american city and the end of public space* (1992) que, em alguma medida, deu a tônica deste debate após a década de 1990 (Madden, 2010; Mitchell, 2016).<sup>8</sup> Não é por acaso que a maior parte das reflexões propostas no livro de Michael Sorkin acerca da dinâmica dos espaços públicos nas grandes cidades norte-americanas seja dominada pelas ideias de “decadência”, “regressão” e “crise”. Para praticamente todos os autores que contribuíram com o livro, os espaços públicos da contemporaneidade estão perdendo sua importância lentamente ou, para os mais pessimistas, praticamente desapareceram, constituindo a assim chamada tese do fim dos espaços públicos (Sorkin, 1992).<sup>9</sup> Ainda na introdução de seu livro, nos diz Sorkin:

*The familiar spaces of traditional cities, the streets and squares, courtyards and parks, are our great scenes of the civic, visible and accessible, our binding agents. By describing the alternative, this book pleads for a return to a more authentic urbanity, a city based on physical proximity and free movement and a sense that the city is our best expression of a desire for collectivity. (...) The privatized city of bits is a lie, simulating its connections, obliterating the power of its citizens either to act alone or to act together (Sorkin, 1992, p. vx).<sup>10</sup>*

Para Margaret Crawford (1992, pp. 3-30), o advento dos shoppings centers criou nas cidades americanas aquilo que ela chamou de uma *new landscape of consumption*, caracterizada fundamentalmente pela homogeneidade das relações sociais. Christine Boyer (1992, pp. 181-204), fala das assim chamadas cidades à venda (*cities for sale*), isto é, a generalização do processo de privatização e mer-

cantilização dos espaços públicos nas cidades norte-americanas. Ambas as autoras fazem uma crítica à multiplicação de espaços comuns privados concebidos para o entretenimento e o lazer de consumo, espaços esses que estariam substituindo os espaços públicos tradicionais das cidades americanas enquanto lugares fundamentais para o exercício da urbanidade, da cidadania, da sociabilidade urbana, etc.

Langdon Winner (1992, pp. 31-60) afirma que o Vale do Silício, na Califórnia, é um exemplo notável da sociedade pós-industrial, um novo urbanismo californiano, um vasto subúrbio caracterizado pela inexistência de uma grande e unificada área central, onde a fragmentação origina aquilo que ele chamou de uma *divided culture*. Em sentido próximo, argumenta Trevor Boddy (1992, pp. 123-153), os novos sistemas de circulação de pedestres característicos de algumas cidades norte-americanas, que são fechados e separados de outros espaços públicos, representam uma verdadeira *simulation of urbanity*, onde se busca claramente uma separação de públicos, ou melhor, de classes na cidade, trata-se do que ele chamou de uma *analogous city*. Para esses dois autores, as cidades pós-modernas são, em sua essência, fragmentadas em termos de classe. Nessas cidades, os espaços públicos perdem a capacidade de integração de públicos diversos e se transformam em meras simulações.

Já Neil Smith (1992, pp. 61-93) concebe o processo de gen-

8 - “However, two books were published at the outset of the 1990s that catalyzed new, sharply critical, and eventually wide-ranging research on the role of public space in making more or less just cities: Mike Davis’s *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles* (1990) and Michael Sorkin’s edited *Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space* (1992)” (Mitchell, 2016, p. 2).

(Em tradução livre): “Todavia, dois livros foram publicados no início da década de 1990, que catalisaram novas pesquisas sobre o papel do espaço público na construção de cidades mais ou menos justas: *Cidade de Quartzo: escavando o futuro em Los Angeles* (1990) de Mike Davis e *Variações Sobre um Parque Temático: a nova cidade americana e o fim do espaço público* (1992) editado por Michael Sorkin” (Mitchell, 2016, p. 2).

9 - Para um breve histórico da tese do fim dos espaços públicos, ver (Madden, 2010; Mitchell, 2016).

10 - (Em tradução livre): “Os espaços familiares das cidades tradicionais, as ruas e praças, pátios e parques, são nossas grandes cenas daquilo que é cívico, visível e acessível, nossos agentes de ligação. Descrevendo a alternativa, este livro defende o retorno a uma urbanidade mais autêntica, uma cidade baseada na proximidade física e livre circulação e no senso de que a cidade é nossa melhor expressão de um desejo de coletividade. (...)”

Continua...



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018  
ISSN 2175-3709



*A cidade privatizada (dos bits) é uma mentira, simulando suas conexões, obliterando o poder de seus cidadãos de agir sozinhos ou de agir juntos*” (Sorkin, 1992, p. vx).

**11** - (Em tradução livre): “A consequência universal da cruzada para tornar a cidade segura é a destruição de qualquer espaço urbano verdadeiramente democrático (p. 155) (...) Inexoravelmente, Los Angeles se move para extinguir seus últimos espaços públicos reais” (Davis, 1992, p. 180).

**12** - (Em tradução livre): “A Disney invoca um urbanismo sem produzir uma cidade. Em vez disso, ela produz uma espécie de hipercidade sem aura, uma cidade com bilhões de cidadãos (todos que consumiriam), mas não residentes” (Sorkin, 1992, p. 231).

**13** - A revisão bibliográfica em tela não se propõe a ser uma revisão exaustiva sobre o tema dos espaços públicos. Trata-se de um panorama geral da literatura encontrada, com foco nos periódicos de língua inglesa e com subtemas e exemplos selecionados com base na discussão proposta pelo artigo e em meu interesse pessoal.

*trification* das proximidades de um parque em New York como uma clara expressão da luta de classes naquela cidade; para ele, as cidades e seus espaços públicos tornaram-se violentas fronteiras para a acumulação de capital, um processo global de reestruturação político-econômica e de mercantilização dos espaços urbanos e públicos, um fenômeno visto como característico da virada do século (neoliberalismo). Em seu capítulo, Mike Davis (1992, pp. 154-171) descreve o processo de militarização da cidade de Los Angeles, marcada por uma forte polarização social: “*The universal consequence of the crusade to secure the city is the destruction of any truly democratic urban space* (p. 155) (...) *Inexorably, Los Angeles moves to extinguish its last real public spaces*” (p. 180).<sup>11</sup> Ambos os autores associam a substituição dos espaços públicos tradicionais por espaços voltados para o consumo das classes médias e altas à sua eminente “destruição”, fenômeno esse visto como um sintoma do aprofundamento da demarcação, da separação e da luta de classes sociais nas cidades contemporâneas.

Para Edward Soja (1992, pp. 94-122), as cidades pós-fordistas da acumulação flexível, são aquilo que ele chamou de uma *exopolis*, em que tudo parece ser um grande parque temático, onde os espaços públicos são simulações de uma cidade idealizada, isto é, uma *hypersimulation* dos espaços urbanos. Em sentido próximo, Michael Sorkin (1992, pp. 205-232) encerra o livro com um sugestivo

capítulo intitulado *See you in Disneyland*, no qual ele afirma que caminhar pelos espaços públicos (ou semi-públicos) de algumas cidades dos EUA é o mesmo que adentrar um gigantesco parque temático, onde todas as formas urbanas são produzidas, geridas e controladas para facilitar o ato de consumo: “*Disney invokes an urbanism without producing a city. Rather, it produces a kind of aura-stripped hypercity, a city with billions of citizens (all who would consume) but no residents*” (p. 231).<sup>12</sup>

### Os espaços públicos nas ciências sociais: uma revisão (1990-2017)<sup>13</sup>

Conforme dito anteriormente, até a década de 1990, o tema dos espaços públicos havia recebido pouca atenção por parte de cientistas sociais e geógrafos. Inspirados na obra de alguns teóricos pioneiros como Hannah Arendt (*The Human Condition*, 1958), Jane Jacobs (*Death and Life of Great American Cities*, 1961), Jürgen Habermas (*The Structural Transformation of the Public Sphere*, 1962), Erving Goffman (*Behavior in Public Places*, 1962), Richard Sennett (*The Fall of Public Man*, 1974), William Whyte (*The Social Life of Small Urban Spaces*, 1980), entre outros, pesquisadores de todo o mundo, de diferentes áreas do conhecimento, passaram a escrever sobre o tema com abordagens bastante diversas. Assim sendo, em função do limitado escopo deste arti-

go, apresentaremos no presente tópico um panorama geral de parte desta extensa bibliografia. Optamos por estruturar este tópico em alguns subtemas que não pretendem esgotar os assuntos ou propor respostas definitivas.

### *A privatização dos espaços públicos e a multiplicação dos espaços de entretenimento, lazer e consumo privados*

As ideias de publicidade e privacidade possuem várias acepções. Na maioria dos trabalhos, porém, podemos dizer que a noção de público está associada às seguintes características: 1) vinculada ao Estado; 2) acessível a todos; 3) do interesse de todos e 4) relativo ao bem comum. Já a ideia de privado se vincula à: 1) pertencente à propriedade privada e 2) referente à vida íntima, pessoal, particular, individual ou doméstica. Quando nos referirmos a essas duas categorias fundamentais (público e privado) utilizamos como referência os significados acima expostos (ver Fraser, 1990).

Conforme destacado por Margaret Kohn, em seu livro *New Neighborhoods: the privatization of public space* (2004), há nas cidades contemporâneas uma contínua propagação de espaços de entretenimento, lazer e consumo privados como shoppings centers e parques temáticos, onde uma ideologia de privatização e uma cultura consumista teriam reduzido a figura do cidadão à de um mero consumidor (consumerist citizenship). Para Sylke Nissem (2008), a proliferação e popula-

rização dos chamados espaços quase-públicos, pseudo-espaços públicos ou, conforme prefere a autora, espaços de caráter híbrido (*spaces of hybrid character*), que são espaços de uso comum mas que possuem estatutos jurídicos privados, consolidaria uma tendência de substituição de formas de interações sociais plurais e heterogêneas (espaços públicos), por formas de relações sociais segmentadas e homogêneas (espaços privados), tendência essa que pode ser observada em diversas cidades de todo o mundo (ver Byers, 1998; Abaza, 2001; Voyce, 2006).

Segundo Xuefan Zhang (2017), os espaços de consumo de massa privados (*mass private property, MPP*), que em tese são abertos a todos, mas que na prática são especialmente concebidos para satisfazer os interesses daqueles que efetivamente tem poder de consumo, sendo, por esse motivo, excluídos daqueles que não podem comprar, acentuam o processo de privatização da vida pública e de exclusão de determinados “públicos” da arena “pública”. Na era do espetáculo, argumenta Margaret Kohn (2008) baseada nas ideias do francês Guy Debord, o cidadão é convertido em um homo spectator, um agente passivo na transformação e na vivência das cidades. Segundo Kohn, a lógica do espetáculo colonizou os espaços públicos de tal modo que seria praticamente impossível pensar em uma alternativa em curto prazo de tempo. Em suas palavras: “*We should not simply call for more public space but*



**14** - (Em tradução livre): “Não devemos simplesmente pedir mais espaço público, mas considerar como criar espaços que promovam a reciprocidade e a intersubjetividade” (Kohn, 2008, p. 482).

**15** - Sobre o tema da inibição da desordem pública em espaços públicos e privados, ver o exemplo proposto por Prashan Ranasinghe (2008) em Toronto, no Canadá.

**16** - Sobre o tema dos shoppings concebidos como simulações da cidade e dos espaços públicos, ver (Hopkins, 1990; Goss, 1993 e 1999).

**17** - Em reportagem do portal de notícias online BBC Brasil, pergunta-se o jornal: “Os shoppings centers estão fadados a sumir do mapa americano?” A resposta parece indicar que sim, pois o número de “shoppings fantasmas” nos EUA têm crescido gradativamente a cada ano em diversas cidades e subúrbios desse país: “A crise econômica em várias regiões, principalmente no Meio-Oeste, combinada com uma acelerada ascensão das compras pela internet e com novos modelos de centros urbanos de comércio, empurrou o então aparentemente imbatível shopping center americano para a decadência” (22/12/2014). Disponível para consulta em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141219\\_vert\\_cul\\_fim\\_shopping](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141219_vert_cul_fim_shopping).

Na América Latina, na Ásia e no Oriente Médio, segundo o mesmo portal, a tendência é que o setor dos shoppings ainda cresça por vários anos, diferentemente do que tem ocorrido nos EUA: “A questão da ‘morte dos shoppings’ nos

Continua...

rather consider how to create spaces that promote reciprocity and intersubjectivity” (Kohn, 2008, p. 482).<sup>14</sup>

Alega-se que a concepção clássica da noção de “público” do início da Idade Moderna perdeu o seu sentido, isto é, estaríamos diante de uma verdadeira “crise” da esfera pública e dos espaços públicos. Nesse sentido, afirma Margaret Kohn (2004) através do exemplo dos EUA, quando perdemos os espaços públicos perdemos a democracia. Quando os norte-americanos criam espaços “fechados”, “higienizados” e “seguros” eles acabam inibindo os aspectos potencialmente transformadores da prática democrática e, em seu lugar, prospera uma civilidade que é voltada especificamente para a formação de consumidores e para a inibição da desordem pública.<sup>15</sup>

Para diversos autores, a privatização dos espaços públicos e a proliferação e popularização de espaços comuns privados de entretenimento, comércio e lazer, a exemplo dos shoppings e dos parques temáticos, que selecionam e segmentam o seu público frequentador segundo o poder de consumo dos mesmos, em detrimento do uso dos tradicionais espaços públicos, implicaria em graves consequências para a vida política e democrática de nossas cidades.<sup>16</sup> Segundo esse argumento, nesses espaços colonizados pela lógica da privatização e do individualismo consumista, perder-se-ia a capacidade de se conviver com a transformação, com a diversidade e com a re-

novação de públicos realmente plurais.<sup>17</sup>

*As consequências da produção e da gestão privadas dos espaços públicos para a vida pública*

Segundo Stephen Schmidt (2004), em diversas cidades do mundo contemporâneo e, mais especificamente nos EUA e em alguns países da Europa, tem crescido o número de espaços públicos tradicionais como praças, parques, calçadas, etc. que são produzidos e geridos por agentes e instituições privadas. Fenômeno esse que se traduz, segundo o autor, em graves consequências para a vida pública dessas cidades. Para Schmidt, o principal problema da produção e gestão privadas de espaços públicos tradicionais é que todas as ações e comportamentos que ali têm lugar são altamente controlados, onde a desordem não tem vez e onde os cidadãos são excessivamente regulados por agentes de segurança privados e modernos sistemas de vigilância por câmeras de vídeo. Mesmo argumento que é defendido por Gregory Smithsimon, para quem as praças geridas por empresas privadas não são utilizadas pelos cidadãos como ocorre nos espaços públicos tradicionais, pois os seus desenvolvedores as planejam com o expresse intuito de desencorajar o seu uso e impedir o livre acesso desses espaços, corroendo a publicidade desses lugares que deveriam ser públicos (Smithsimon, 2008).<sup>18</sup>

Em sentido próximo, para Melik, Aalst e Weesep (2009),

o envolvimento do setor privado na produção ou remodelação de espaços públicos das cidades holandesas pode torná-los ainda mais homogêneos, na medida em que seu acesso e uso são extremamente controlados. Katherine Hankins e Emily Power (2009), afirmam que o desaparecimento do Estado na produção e gestão dos espaços públicos tende a provocar uma incontornável despolitização desses espaços e de seu público frequentador, fenômeno esse chamado de urbanismo neoliberal. Németh e Schmidt (2011) argumentam que, além de controlar excessivamente os usos e comportamentos dos utilizadores, os espaços públicos geridos por empresas e instituições privadas excluem os assim chamados “públicos indesejados”, a exemplo dos sujeitos em situação de rua e dos usuários de drogas, limitando o acesso de públicos diversos.<sup>19</sup> Posições que são contestadas por autores como Andrew Kirby, por exemplo, para quem a gestão privada em uma relação social não cívica (ver Kirby, 2008).

Sem desconsiderar o argumento de outros autores que tratam do tema da produção e da gestão privada de espaços públicos em grandes cidades dos EUA, especialmente em relação ao excessivo controle de acesso e uso desses espaços, Heeyeun Yoon e Sumeeta Srinivasan (2015) demonstram, a partir de uma análise da distribuição espacial dos chamados espaços públicos de propriedade privada (*privately owned public spaces*) em Manhattan,

New York, como a localização desses espaços na cidade recobre a ausência de espaços públicos tradicionais, produzidos por iniciativa do Estado. Segundo o argumento desses autores, há uma grande demanda por espaços públicos nas grandes cidades americanas e essas parcerias público-privadas de produção e gestão de espaços públicos, quando devidamente fiscalizadas, poderiam vir a suprir essa demanda. Para os autores, se esses espaços fossem desenvolvidos com finalidades de fato públicas, sem os rígidos sistemas de controle de acesso e uso que lhes são característicos, eles cumpririam um importante papel nessas cidades, pois eles estão localizados geograficamente, em Manhattan, exatamente nas áreas com maior déficit de espaços públicos (ver Yoon & Srinivasan, 2015).

#### *A “domesticação” dos espaços públicos*

Para alguns autores, como Kumar e Makarova (2008), por exemplo, tem havido nas cidades contemporâneas uma espécie de invasão da vida privada da casa aos espaços públicos tradicionais como praças, calçadas, esquinas, parques, etc. Segundo essas autoras, muitas das coisas que fazemos em casa, no domínio privado, como comer, conversar intimamente, expressar emoções, têm sido feitas cada vez mais nos espaços públicos. A casa torna-se eminentemente portátil e é possível levá-la conosco para as calçadas, ruas e praças, fenômeno esse que as autoras chamam de uma *domesticação*

*Estados Unidos é recorrente na imprensa local. Dezenas de centros comerciais fecharam as portas na última década, e estima-se que um quarto dos 1,1 mil ‘malls’ existentes no país podem ser extintos nos próximos anos” (10/12/2017). Disponível para consulta em: <http://www.bbc.com/portuguese/geral-42245404>*

**18 -** *O argumento de que os espaços públicos produzidos e geridos por agentes e instituições privadas são mais regulados e normatizados que os espaços públicos tradicionais é perfeitamente plausível. O que não podemos deixar de levar em consideração é que todos os espaços públicos urbanos, independentemente de quais sejam, também orientam ações e comportamentos de seus utilizadores. Em outras palavras, não existem espaços públicos cujos usos e comportamentos não sejam normatizados e regulados, trata-se, portanto, de uma característica inerente à existência desses espaços.*

**19 -** *Ted Kilian (1998), faz uma crítica à maneira como a maioria dos estudiosos do tema dos espaços públicos leem as noções de “publicidade” (o poder de acesso) e “privacidade” (o poder de exclusão), demonstrando como, na imensa maioria dos casos, operar à luz da dicotomia entre essas duas ideias fundamentais (oposição binária) tende a produzir uma leitura pouco produtiva, pois essas duas categorias são sempre intercambiáveis e, jamais, segundo o argumento do autor,*

*Continua...*



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018  
ISSN 2175-3709

*mutuamente excludentes, em suas palavras: “It is impossible to envision a space in which people Interact without both exclusion and access as part of its social structure. (...) Public and private are meaningless terms in the absence of social interaction. To be considered ‘public’, streets, squares, and parks must operate under certain rules and exclusions that paradoxically limit their publicity” (Kilian, 1998, pp. 124-125).*

*(Em tradução livre): “É impossível vislumbrar um espaço em que as pessoas interajam sem que ambos, a exclusão e o acesso, sejam partes de sua estrutura social. (...) Público e privado são termos sem sentido na ausência de interação social. Para ser considerado ‘público’, ruas, praças e parques devem operar sob certas regras e exclusões que paradoxalmente limitam sua publicidade” (Kilian, 1998, pp. 124-125).*

**20** - Para uma excelente distinção entre as noções de esfera pública e espaço público e das formas de publicidade a elas associadas, ver Carl Cassergard (2014).

do espaço público. Segundo esse ponto de vista, a evolução técnica, desde o automóvel particular até os modernos celulares e laptops, é vista como uma forma de transposição da vida privada para a vida pública, pois os espaços públicos abrigam atualmente uma série de usos que costumávamos associar tipicamente ao ambiente doméstico (Kumar e Makarova, 2008).

Tal como demonstraram Mandich & Cuzzocrea (2015), a expressão domesticação possui diversos significados em diferentes disciplinas e tradições acadêmicas. Nos estudos urbanos, argumentam as autoras, a ideia de domesticação é geralmente utilizada para definir o processo através do qual os espaços públicos (ou espaços com acesso “público” e estatuto jurídico privado, como *shoppings*) são “higienizados”, transformados em lugares “seguros” e “homogêneos”, em se tratando de seu público frequentador, ou seja, se refere ao processo de privatização desses espaços (ver Mandich & Cuzzocrea, 2015). Já para Regan Koch e Alan Latham (2012), a noção de domesticação que aparece na maioria dos trabalhos sobre os espaços públicos deve ser ressignificada, na medida em que ela é sempre associada a uma espécie de corrosão da vida pública. Para esses últimos autores, a ideia de domesticação seria mais produtiva quando concebida como parte essencial do processo através do qual as pessoas consideram os espaços públicos urbanos mais “habitáveis”, ou seja, onde elas

se sentem mais “confortáveis” e “seguras”, qualidades essas que costumamos associar ao ambiente doméstico, mas que são inerentes também ao uso e à vivência dos espaços públicos (Koch & Latham, 2012).

### *A relação entre as noções de esfera pública e espaço público na atualidade*

Para o filósofo Jürgen Habermas, o espaço público é o lugar de manifestação empírica da esfera pública, onde pessoas privadas se juntam enquanto um público (sociedade civil) para debater racionalmente (opinião pública) aquilo que poderíamos chamar de bem comum ou bem público (Habermas, 1984). Segundo a filósofa Hannah Arendt, ele é a arena fundamental do embate político, da convivência entre os livres e diferentes, o lugar de manifestação, discussão e conciliação do conflito de interesses, os espaços da política (Arendt, 2002, 2007). Tanto na geografia quanto nas ciências sociais, o conceito de espaço público está longe de ser uma noção consensual.<sup>20</sup> Detentor de largo espectro, esse conceito parece abarcar diversos significados, trata-se de uma noção polissêmica (ver Goodsell, 2003; Mitchell & Staeheli, 2007; Parkinson, 2013).

Na maior parte dos casos, quando refletimos sobre a noção de espaço público, estamos lidando com um fenômeno dotado de uma dupla dimensão: o espaço público é, simultaneamente, um conceito físico/material (uma rua, uma calçada, uma praça, um parque, um equipamento, etc.) e abstrato

(relativo a um conjunto de expressões, manifestações e práticas individuais e coletivas) (Gomes, 2010). Enquanto espaço físico, sua discussão parece estar mais vinculada às preocupações de ordem prática que são conduzidas, principalmente, no âmbito da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano.<sup>21</sup> Enquanto esfera abstrata, sua discussão parece estar mais ligada à filosofia e à ciência política, que as concebem como parte fundamental da vida política e democrática das cidades (ver Goodsell, 2003; Mitchell & Staeheli, 2007, Parkinson, 2013, entre outros). Conforme nos recomenda Paulo Cesar Gomes, uma leitura geográfica dos espaços públicos deve unir essas duas dimensões (objetos e ações, morfologias e comportamentos), que devem ser pensadas conjuntamente (Gomes, 2012).

Segundo Nancy Fraser (1990), uma condição necessária para a igualdade participativa na esfera pública (na arena pública e no espaço público) dos diversos indivíduos e grupos que a compõe (sociedade civil), é a eliminação ou a drástica redução das desigualdades sociais sistêmicas. Para a autora, isso não significa dizer que todos devem ter exatamente a mesma renda, mas sim que as relações sistemicamente geradas na prática política de dominação e subordinação acabam por descaracterizar a democracia, ou seja, as desigualdades sociais (de diversas naturezas como origem étnica, gênero, classe, renda, etc.) tendem a interferir no processo delibe-

rativo da esfera pública, onde os grupos dominantes acabam sendo os principais beneficiados. Fraser critica a concepção burguesa de esfera pública descrita por Habermas, que segundo ela e diversos autores, é inadequada por supor que a igualdade de condições e oportunidades não é uma condição necessária para a paridade participativa na esfera pública (ver Fraser, 1990; Deutsche 1992; Mitchell, 1997).

A esfera pública, nos diz Fraser (1990), não é apenas uma arena política onde os discursos refletem os conflitos de interesses, além disso, ela é também uma arena para a formação e atuação das identidades socioculturais. Daí resulta o fato de que a vida pública igualitária, em sociedades multiculturais e realmente democráticas, não pode considerar a existência de uma única esfera pública abstrata e global, tal como proposto por Habermas, mas sim de múltiplos espaços públicos (ver, por exemplo, Light & Smith, 1998; Low & Smith, 2006). Nesse sentido, o que Fraser propõe é a possibilidade de combinar a igualdade social, a diversidade cultural e a democracia participativa, em um modelo de esfera pública que possibilite a constituição de uma pluralidade de arenas públicas, nas quais os indivíduos e grupos com diversos valores e retóricas participam como iguais. Para ela, portanto, por definição, uma sociedade que se pretenda realmente democrática, deve ser capaz de incluir uma multiplicidade de públicos na esfera pública e

**21** - Para uma discussão sobre a dimensão físico/material/morfológica dos espaços públicos, além do clássico estudo de William Whyte, *The Social Life of Small Urban Spaces* (1980), ver (Francis, 1989; Bejma, 2007; Koohsari, et al, 2013; Haas & Olsson, 2013; Anderson et al, 2016).



Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia e do Departamento de  
Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018  
ISSN 2175-3709

nos espaços públicos, tal como proposto pela filósofa Hannah Arendt (Fraser, 1990).<sup>22</sup>

Em sentido próximo, P. Howel (1993) e N. Lee (2009), afirmam que a noção de espaço público desenvolvida por Hannah Arendt é menos idealista e abstrata que aquela oferecida por Habermas. Arendt considera fundamental, nas sociedades democráticas, a existência de uma variedade de públicos politicamente engajados, onde todos participariam como iguais na esfera pública e nos espaços públicos politicamente ativos (sem deixarem de ser diferentes) (Howel, 1993). Mesmo argumento defendido por Nelson Lee (2009), que demonstrou a importância da Praça Tiananmen, em Pequim (na China), durante o movimento de 4 de maio em 1919, para a ação política da sociedade civil organizada. Segundo Lee, a ação política das pessoas é fundamental para a formação de espaços públicos politicamente ativos (Lee, 2009).

A constituição de uma esfera pública confere ao cidadão o direito à cidade e, portando, à utilização do espaço público. Porém, para que esse seja um espaço público politizado, é necessário que haja um esforço concentrado de pessoas que prezem pelo bem comum. Tanto para Howel (1993) quanto para Lee (2009), a noção de esfera pública concebida por Habermas restringe a ideia de “público”, o que tem ensejado uma perspectiva negativa quanto ao presente e ao futuro dos espaços públicos. Já Arendt, considera que o espaço público

é feito e mantido graças à ação de uma pluralidade de pessoas politicamente engajadas na promoção do bem comum (ver Howel, 1993; Lee, 2009).

### *Democracia, cidadania, sociedade civil, publicidade e a vida cotidiana: o direito de uso dos espaços públicos*

Que características um espaço público deve ostentar para que sua publicidade seja plena? A bibliografia a respeito é unânime: livre acesso realmente a todos. Conforme nos orienta Hannah Arendt (2007), nas sociedades democráticas, o espaço público é o lugar de manifestação da diversidade social, cultural e individual, um lugar em que uma pluralidade de públicos goza dos direitos e deveres que lhes são garantidos pela cidadania.<sup>23</sup> Para Margaret Crawford (1995), os significados de conceitos como os de espaço público, esfera pública, democracia e cidadania são continuamente redefinidos na prática através da experiência vivida. Don Mitchell, por exemplo, se refere aos espaços públicos como espaços de luta. Para Mitchell (1995, 2003 e 2016), apesar de garantida por lei, a publicidade dos espaços públicos é também uma forma de negociação e, em alguns casos, como no dos sujeitos em situação de rua, uma constante luta. Os usos aceitáveis e não aceitáveis, as regras de acesso e todos os tipos de conflitos de interesses que são oriundos da reunião de uma pluralidade de públicos reflete, em realidade, o fato de que, para além dos códigos normativos garantidos

**22** - Em um país como o Brasil, marcado histórica e estruturalmente por profundas desigualdades sociais de diversas naturezas, esse debate tem uma importância inquestionável. Para uma discussão detalhada, ver o importante artigo de Nancy Fraser (1990).

**23** - Sobre as diversas acepções da noção de cidadania, ver (Gomes, 2010; Kofman, 1995).

por lei, inerentes à existência de qualquer espaço público compartilhado, as negociações e os acordos cotidianos são fundamentais para a existência desses espaços (ver Mitchell, 1995, 2003, 2016; Staeheli & Mitchell, 2008).<sup>24</sup>

Conforme demonstraram SETHA LOW, DANA TAPLIN e SUZANNE SCHELD (2005), com base em um estudo que buscava compreender o funcionamento de cinco grandes parques urbanos, a diversidade de públicos, não necessariamente, implica em conflitos de interesses. Pois, como bem demonstrou Sharon ZUKIN, o estatuto jurídico não é o que torna um espaço de fato público, mas sim o uso que se faz dele, do grupo ou indivíduo que dele se apropria, sendo a cultura, ou melhor, a diversidade cultural, uma forma de conceber e vivenciar esse espaço (ver ZUKIN, 1995; 2010). Para ANTHONY ORUM (2009), o espaço público é sempre um espaço negociado entre os habitantes e as autoridades locais. Segundo ele, uma prova disso é o caso dos vendedores ambulantes ilegais que, mesmo sem licença, “negociam” o uso do espaço com as autoridades locais, tal como ocorre no caso por ele descrito em XANGAI, na China.<sup>25</sup>

JORDI BORJA (1998) insiste no fato de que o espaço público tem também uma dimensão sociocultural. É um lugar onde as pessoas se relacionam umas com as outras, um espaço de construção das mais diversas formas de identidades, ou seja, um espaço onde se pode celebrar a experiência da vida urbana, tornando-se, às vezes,

a expressão de uma comunidade. Em sentido próximo, argumenta KELLY CAMPBELL (2005), o espaço público é o local por excelência da mediação entre as dimensões públicas e privadas da vida social, isto é, um lugar fundamental para o estabelecimento de interações entre pessoas distintas, porém, nos termos da lei, iguais: “*Interaction with and among citizens allows people an opportunity to share their experiences and learn from those of others. This interaction develops a sense of connection among participants and their communities and governments*” (Campbell, 2005, p. 690).<sup>26</sup>

A própria dinâmica de uma cidade e o comportamento do seu povo pode criar espaços públicos que não estejam legalmente constituídos, ou que não foram previstos enquanto tais, lugares que podem ser abertos ou fechados, áreas de permanência ou espaços de circulação (ver WHITE, 1980; IVESON, 2017).<sup>27</sup> Em todos estes casos, conforme demonstrou JEREMY NÉMETH, o que define a natureza do espaço público é também o seu uso e não apenas o seu estatuto jurídico (NÉMETH, 2012). Por esse motivo, PATRICK JENLINK destaca a necessidade que temos de refletir sobre conceitos como os de democracia e sociedade civil para compreendermos a importância dos espaços públicos nas sociedades contemporâneas (JENLINK, 2007). Em outras palavras, refletir sobre os lugares cotidianos da prática democrática e da convivência da sociedade civil (organizada ou não) seria uma

**24** - O tema dos sujeitos em situação de rua nas cidades contemporâneas tem sido foco de um interessante e importante debate na bibliografia a respeito dos espaços públicos, para alguns exemplos, ver (Goldie, 2002; Walsh, 2004; Johnsen, 2005; Doherty et al, 2008; Gerrard and Farrugia, 2015; Rennels & Purnell, 2015).

**25** - O direito de uso dos espaços públicos é um tema extremamente complexo e controverso. Isso fica claro com o exemplo dos vendedores ambulantes e fixos que trabalham em diversos espaços públicos em cidades de todo mundo, mas especialmente na porção sul do globo, onde esse debate tem se intensificado na comunidade acadêmica. Para alguns exemplos, ver (Donovan, 2008; Hunt, 2009; Meneses-Reyes & Caballero-Juárez, 2013).

**26** - (Em tradução livre): “A interação entre os cidadãos permite que as pessoas compartilhem suas experiências e aprendam umas com as outras. Essa interação desenvolve um senso de conexão entre os participantes e suas comunidades e governos” (Campbell, 2005, p. 690).

**27** - Terzi & Tonnelat (2017), nos lembram que a liberdade de ir e vir nas cidades e nos espaços públicos; de interagirmos de forma individual, coletiva e livre nesses espaços; a possibilidade de escolhermos através do voto os gestores da coisa pública, a isonomia, as liberdades de

Continua...



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018  
ISSN 2175-3709



*expressão e de imprensa e uma série de outras conquistas das sociedades democráticas no Ocidente, não surgiram de uma hora para outra. O amadurecimento das instituições democráticas modernas ocorreu através de um longo e contínuo processo de publicização e democratização das sociedades, que durou vários séculos e que não evoluiu e não evolui de forma linear. Para mais detalhes sobre a importante ideia de publicização (publicization), ver (Terzi & Tonnelat, 2017).*

**28** - *Tal qual demonstrado por Lynn Staeheli (2010), em sociedades democráticas, a forma como os cidadãos concebem e lidam com as ideias de ordem e desordem depende, em larga medida, da experiência vivida que indivíduos e grupos diversos têm nos espaços públicos, ou seja, as interações públicas cumprem um papel pedagógico entre os cidadãos.*

**29** - *“Public space is in its broadest sense nothing more than space to which all citizens are granted some legal rights of access. (...) These rights are never absolute. For instance, they are normally limited to the right to occupy public space for a finite time and to engage in certain unavoidable exchanges with environment” (Light & Smith, 1998, p. 3).*

*(Em tradução livre): “O espaço público é, em seu sentido mais amplo, nada mais do que um espaço no qual todos os cidadãos têm direitos legais de acesso. (...) Esses direitos nunca são absolutos. Por*

*Continua...*

forma de transcender os discursos excessivamente normativos que regem as discussões sobre o tema dos espaços públicos (ver Malone, 2002).

A democracia é um pré-requisito para a liberdade, a pluralidade e a harmonia social, e o futuro da prática democrática depende da criação de espaços públicos, isto é, de lugares onde a sociedade civil (cidadãos) pode experimentar os valores democráticos cotidianamente, onde podemos aprender a lidar com a ordem e a desordem pública (Staeheli, 2010).<sup>28</sup> O contrato social que rege e possibilita a vida conjunta de indivíduos distintos é uma construção normativa (regulada pelos órgãos competentes do Estado), mas é também uma construção cotidiana que depende do bom senso e dos valores sociais e culturais dos seus usuários (Staeheli & Thompson, 2007). As regras morais, éticas, sociais e culturais que viabilizamos nos espaços públicos definem, em diversos casos, os usos aceitáveis e não aceitáveis, tal como demonstram John Dixon, Mark Levine e Rob McAuley (2006), com base em um estudo realizado em cidades da Inglaterra.

*Os espaços públicos concebidos como lugares de celebração da diversidade e da copresença de uma pluralidade de públicos*

Conforme argumenta Davina Cooper (1998), quando reconstruímos historicamente a evolução dos espaços públicos, percebemos que nunca houve um momento na história em que a prática cotidiana desses

espaços fosse feita sem que houvesse alguma forma de regulação e normatização do tipo de uso ou, como tem ocorrido mais recentemente, do “tipo” de usuário. Os espaços públicos sempre foram e provavelmente jamais deixarão de ser espaços normatizados e regulados, por um motivo relativamente simples, em sociedades democráticas, as regras e leis são partes constituintes de um pacto social que objetiva, grosso modo, propiciar o convívio entre os livres e diferentes (Cooper, 1998; Melucci & Avritzer, 2000).<sup>29</sup>

Quando comparados com os espaços públicos de tempos pretéritos, os espaços públicos das cidades contemporâneas são frequentados por públicos muito mais diversos. As grandes capitais e metrópoles contemporâneas são, em um mundo globalizado, incomparavelmente mais populosas e heterogêneas do que foram em tempos pretéritos. O cosmopolitismo (multiculturalismo) e a convivência cotidiana das mais diferentes formas de diversidades individuais e coletivas (classes, idades, gêneros, origens étnicas, condições sociais, culturas, subculturas, tribos urbanas, estilos de vida, profissões, hábitos, gostos, visões de mundo, religiões, credos, aparências, tipos físicos, estilos, etc.) são marcas registradas de qualquer grande cidade do mundo. Toda essa diversidade de indivíduos e grupos precisa conviver, quer queiram quer não, em seus espaços públicos (Thompson, 2002).

Uma parcela significativa dos autores que trata do tema

dos espaços públicos nas cidades de hoje faz apelo à narrativa de “perda” para caracterizar a situação atual (Bodnar, 2015; Vigneswaran, Iveson & Low, 2017). Geralmente, esses autores se referem à dimensão política da vida pública que, pelo menos desde as reflexões de Arendt, Habermas e Sennett, é vista sob a ótica da “regressão”, da “decadência” e da “crise”: *“There is today a widespread feeling that the public sphere is in decline, that rational debate and criticism of the state have deteriorated or disappeared altogether”* (Light & Smith, 1998, p. 2).<sup>30</sup> Apesar da maioria desses autores fazer referência à apatia política dos espaços públicos nas cidades contemporâneas (o que por si só já seria questionável),<sup>31</sup> quase todos acreditam que esses espaços continuam sendo os lugares fundamentais para o estabelecimento de encontros entre pessoas desconhecidas, ou seja, da copresença de uma pluralidade de públicos (Goverde, 2002).

Em cidades extremamente populosas e densamente ocupadas como na Índia, por exemplo, conforme argumentam Mahyar Arefi & William Meyers (2003), populações étnicas diferentes convivem de forma pacífica nos espaços públicos e, apesar dos rígidos sistemas de castas existentes, a convivência dessas populações nesses espaços significa que, mesmo do ponto de vista político, os espaços públicos continuam sendo fundamentais para a convivência entre pessoas distintas (Arefi & Meyers, 2003). Tal como destacado por

Kenny Cupers, uma infinidade de identidades culturais, sociais e políticas (individuais e coletivas) são viabilizadas e confrontadas nos espaços públicos que são ocupados por públicos diversos, em inúmeras cidades do mundo (Cupers, 2005). Nesse sentido, podemos afirmar: a própria existência de cidades cosmopolitas e transculturais, no Ocidente e no Oriente, nos Hemisférios Norte e Sul, demonstra que devemos olhar com desconfiança e ressalva o discurso que faz apelo à “decadência”, à “regressão”, à “crise” e ao “fim” dos espaços públicos no mundo contemporâneo. Trata-se, pois, a meu ver, de uma leitura insuficiente para compreender a importância dos espaços públicos nas cidades contemporâneas ou pós-modernas.

Os trabalhos inovadores da geógrafa Gill Valentine sobre a convivência entre estranhos em ambientes urbanos, que, segundo a autora, é um aspecto negligenciado nos estudos sobre o tema dos espaços públicos, não nos deixam mentir: a construção de uma cultura cívica, cosmopolita, multicultural e cidadã, não pode jamais prescindir dos espaços públicos, que por sua própria natureza, são também espaços políticos (Valentine, 2008, 2010, 2015). Conforme salientado por Valentine, depois de décadas em que os estudos urbanos se dedicaram a conceber as cidades como lugares da violência, da desigualdade, da segregação, da exploração, etc.: *“the city of the twenty-first century is being reimagined as a site of connec-*

*exemplo, normalmente limitam-se ao direito de ocupar o espaço público por um tempo limitado e de se engajar em certas trocas inevitáveis com o meio ambiente”* (Light & Smith, 1998, p. 3).

**30 -** (Em tradução livre): *“Existe hoje um sentimento generalizado de que a esfera pública está em declínio, que o debate racional e as críticas ao Estado se deterioraram ou desapareceram completamente”* (Light & Smith, 1998, p. 2).

**31 -** Apesar de uma série de autores, de diversas áreas do conhecimento, fazer apelo à “corrosão” da função política dos espaços públicos nas cidades contemporâneas, estudos recentes parecem apontar para outras possibilidades interpretativas. Para alguns exemplos, ver (Frers & Meier, 2017; Jackson & Valentine, 2017; Meier, 2017).



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018  
ISSN 2175-3709

*tion (...) the city as a site of difference (...) the place, above all, of living with others”* (apud Valentine, 2008, p. 324).<sup>32</sup> Trata-se da chamada *cosmopolitan turn*, que celebra a incrível diversidade característica de nossas grandes metrópoles atualmente (ver, entre outros, Schiller, Darieva & Gruner-Domic, 2011; Medina, 2013; Beck, 2002; Young, Diep & Drabble, 2006).

A existência de diferentes sistemas comportamentais como a civilidade, a cortesia, a urbanidade, a polidez, a cidadania, o cosmopolitismo e a sociabilidade pública são vistas, sob esse ponto de vista singular, como inquestionáveis expressões da vivacidade política, social e cultural de nossas cidades e, mais especificamente, de nossos espaços públicos. A imensa maioria das incontáveis formas de interações individuais e coletivas que caracterizam a vida pública, compõe um quadro democrático que é, ele próprio, fundante da vida política dos espaços públicos. Não se deve, contudo, conforme nos indica Gill Valentine, romantizar demasiadamente os encontros citadinos, que não deixam de ser, em muitos casos, apenas fortuitos e efêmeros (Valentine, 2015). Mas não podemos ignorar, nos dizem Gill Valentine e Louise Waite, tal como fizemos durante décadas, a importância desse debate para a construção de sociedades mais justas, igualitárias e democráticas (Valentine & Waite, 2010).

Para parte significativa dos autores aqui comentados, estamos “construindo paredes”

entre nós mesmos, que impactam diretamente a vida pública e democrática de nossas cidades. A proliferação de espaços comuns privatizados jamais poderá resgatar plenamente o dinamismo das ruas e praças: vivas, cosmopolitas, heterogêneas e realmente públicas. Esses espaços seletivos, a exemplo dos shoppings e de tantos outros, são orientados para o consumo e não para a plena sociabilidade, a urbanidade, a cidadania, etc. Eles representariam, segundo esse argumento, a materialização da aspiração, por parte das classes médias e das elites, de um estilo de vida isolado, baseado na “evitação” do contato com indivíduos e grupos diversos que vivem (e convivem) nas cosmopolitas e transculturais metrópoles contemporâneas.

### *A tese do fim dos espaços públicos no Brasil: alguns exemplos*

No Brasil, apesar de incorporar outros elementos associados ao contexto local, esse discurso de “regressão”, “decadência” e “crise” dos espaços públicos também se faz presente. Com base nos mesmos argumentos descritos na bibliografia estrangeira, estudos como os de Teresa Caldeira (2000) e Ângelo Serpa (2007), por exemplo, parecem corroborar a tese do fim dos espaços públicos nas cidades contemporâneas e, nesse caso, mais especificamente, nas cidades brasileiras.

O livro de Tereza Caldeira, *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo* (2000), descreve o novo padrão

**32** - (Em tradução livre): “A cidade do século XXI está sendo reinventada como um local de conexão (...) a cidade como o local da diferença (...) o lugar, acima de todos, para se conviver com os outros” (apud Valentine, 2008, p. 324).

de segregação urbana da cidade de São Paulo, que segundo ela, à semelhança do que ocorre em Los Angeles, vem se transformando em uma cidade de muros (Caldeira, 1997; 2000). O argumento defendido pela autora está baseado na ideia de que tem havido nas últimas décadas uma enorme proliferação dos chamados condomínios e loteamentos fechados em São Paulo, cuja consequência imediata seria a segregação cada vez mais ampla das classes médias e altas em espaços privatizados e fechados, enquanto que os tradicionais espaços públicos, tão importantes para a constituição das cidades modernas, estariam sendo abandonados e deixados apenas para os pobres. A justificativa utilizada por esses estratos sociais mais abastados para o isolamento social se baseia, segundo a autora, no discurso da violência, fortemente reproduzido pelo aparato midiático e que associa a rua e o espaço público ao perigo, à insegurança, à imprevisibilidade e à marginalidade. *“Na verdade, o medo do crime acaba modificando todos os tipos de interação pública no espaço da cidade (...) São Paulo é hoje uma cidade de muros”* (Caldeira, 1997, pp. 158-159).<sup>33</sup>

Já o livro de Ângelo Serpa, *O Espaço Público na Cidade Contemporânea* (2007), com exemplos retirados de cidades como Salvador, São Paulo e Paris, de maneira geral, reflete sobre o processo de privatização dos espaços públicos e de acentuação da segregação socioespacial nessas cidades. Segundo o argumento do autor,

nessas três cidades, é possível notar a influência de processos globais de reestruturação política e econômica que se fazem presentes em projetos de reurbanização de tradicionais espaços públicos como parques e centros históricos, que objetivam inserir esses espaços no mercado de turismo global, ou seja, adequá-los aos padrões (homogêneos) de consumo das classes médias e das elites globais. O autor reflete sobre diferentes formas de apropriações individuais, coletivas e simbólicas desses espaços nessas cidades, demonstrando como em muitos casos: “as leis de mercado, que dominam a esfera dos negócios e do trabalho, penetram também na vida privada dos indivíduos, ‘reunidos’ artificialmente em um ‘espaço público’,” (onde) “a capacidade de julgamento – a razão – tende a transformar-se em consumo” (Serpa, 2007, p. 17).

Andar pelas ruas e calçadas das cidades torna-se, segundo Tereza Caldeira, uma expressão de classe, pois as elites as estão abandonando. A rua, a praça e o centro deixam de ser os principais espaços de sociabilidade pública da cidade, pois sua imprevisibilidade e heterogeneidade socioculturais características não seriam mais dotadas de valor social positivo. As barreiras físicas (muros e cercas elétricas), os sistemas de vigilância (seguranças privados e câmeras de vídeo), os espaços voltados para dentro (de costas para a rua) e a total independência em relação ao resto da cidade, fazem com que os novos enclaves fortificados represen-

**33** - *O crescimento da incidência de atividades criminosas e da violência em grandes cidades nas últimas décadas não é um grave problema apenas das cidades brasileiras. Em diferentes países, as causas e consequências do crime e da violência urbana são muito diversas, mas na maioria dos casos elas afetam muito negativamente, direta ou indiretamente, a vida pública de milhões de cidadãos no mundo* (Davis, 1993, 1992; Mitchell, 2003). *Para uma discussão sobre as implicações desse fenômeno para a vida pública, ver* (Blöbaum & Hunecke, 2005; Vale, 2006; Coaffee, O’Hare & Hawkesworth, 2009; Berg, 2010; Davis, 2012; Kennelly & Watt, 2013)



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018  
ISSN 2175-3709

tem uma verdadeira negação da cidade. Nesse sentido, segundo o argumento defendido por Te-reza Caldeira, tem havido nas cidades contemporâneas uma espécie de fuga dos espaços públicos por parte das classes médias e das elites, cuja proliferação dos condomínios fechados seria sua maior expressão (ver Caldeira, 1997 e 2000).

Argumento esse que, sob certo sentido, contrasta com aquele desenvolvido por Ângelo Serpa, para quem muitos dos projetos de produção e reurbanização de parques e centros históricos tem sido voltados, exclusivamente ou prioritariamente, para satisfazer os anseios das classes médias e das elites, leia-se, potenciais consumidores do espaço urbano e público: “*Na cidade contemporânea, o parque público é um meio de controle social, sobretudo das novas classes médias, destino final das políticas públicas, que, em última instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas*” (Serpa, 2007, p. 21). Para Ângelo Serpa, em diversas cidades brasileiras, o lazer e o consumo são os motes principais dos projetos de produção e transformação dos espaços públicos, que tem como públicos alvos fundamentais as classes médias e elites. Modelo esse que, segundo o autor, foi inspirado nos projetos de reurbanização norte-americanos, que hoje se espalharam por todo o mundo capitalista (ver Serpa, 2004 e 2007).

Para Fortuna (2002), a atual “crise” dos espaços públicos,

no Brasil e em outros países, foi ensejada pela nova lógica cultural que é caracterizada pelo culto à individualidade, à domesticidade, à cultura do movimento e da velocidade. Ângelo Serpa (2004), afirma que a privatização de ruas e acessos em cidades como Salvador restringe o movimento de passantes, canaliza percursos e provoca a desertificação de muitas áreas públicas nas periferias das cidades: “*decreta-se (muitas vezes de modo irreversível) a morte dos espaços públicos*” (Serpa, 2004, p. 30). Em sentido próximo, para Oscar Sobarzo (2006), os espaços públicos da cidade de Presidente Prudente perderam parte de suas características essenciais e foram substituídos por espaços como shopping centers, loteamentos e condomínios fechados. Mesma conclusão a que chega Rogério Leite (2002), tratando do processo de gentrificação de alguns setores específicos da cidade de Recife, que transformaram espaços públicos tradicionais em áreas turísticas, em detrimento do uso das populações “nativas”.

O caso de Copacabana, uma das mais icônicas e conhecidas praias da cidade do Rio de Janeiro, tem igualmente sido fruto de um interessante debate na comunidade científica. Para a maior parte da população carioca e dos cientistas sociais que a descrevem, a praia de Copacabana é um dos logradouros públicos mais democráticos e emblemáticos da cidade (ver Gomes, 2010). Tal como argumenta James Freeman (2002; 2008), porém, a ocupação des-

se logradouro público é, em realidade, fragmentada em termos de classe, gênero e origem étnica. Segundo argumentam Brian, Godfrey & Arguinizoni (2012), apesar da praia de Copacabana ser frequentada por públicos muito diversos, sua ocupação não deixa de refletir as enormes desigualdades sociais que caracterizam a sociedade brasileira e carioca.

A generalização destes fenômenos e processos globais, segundo diversos autores, traz consequências graves para as cidades brasileiras, conhecidas mundialmente como algumas das mais desiguais do planeta (Paoli, 1992). Há uma acentuada tendência de que as relações sociais heterogêneas, fundamentais em sociedades democráticas, tornem-se cada vez mais circunscritas, delimitadas e previsíveis, isto é, enclausuradas em “guetos” social e culturalmente homogêneos (Gomes, 2004). Neste novo contexto urbano, a relação que se estabelece com a cidade, com a rua, com o espaço público e, portanto, com a vida e a esfera pública, é de insegurança. A experiência da vida pública, que privilegia a livre circulação nas ruas e calçadas (tanto de pessoas quanto de veículos), os encontros impessoais e anônimos, o lazer público nas calçadas e praças e, principalmente, a possibilidade de manter encontros com diversos estratos da sociedade parece não mais ser a ordem, segundo o argumento defendido pela maior parte dos autores aqui comentados, em cidades como São Paulo, Salvador, Presidente Prudente, Recife e Rio de Janeiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assim chamada tese do fim dos espaços públicos (*the end of public spaces thesis*), que se baseia em alguns aspectos específicos da experiência urbana estadunidense, a meu ver, não pode ser lida como um fenômeno generalizado e global. O discurso que aponta para a “regressão”, a “decadência”, a “crise” e o “fim” dos espaços públicos nas cidades contemporâneas não se assenta em argumentos suficientemente fortes e precisos para uma conclusão tão drástica e pessimista. É necessário reconhecer que, em muitos casos, trata-se de uma leitura excessivamente normativa e que não reconhece outras possibilidades interpretativas. Será que seria logicamente coerente afirmar que, em diversas cidades dos cinco continentes, os espaços públicos perderam o sentido de sua existência? Parece-me que não. Trata-se de uma leitura teórica dedutiva onde, em muitos casos, os estudos empíricos são utilizados como meras confirmações de um ponto de vista selecionado à priori, que não reconhece a natureza mutável das sociedades (no tempo e no espaço) e, por extensão, das categorias e conceitos que nós utilizamos para interpretá-las.

Parece-me óbvio que, nas cidades contemporâneas, os espaços públicos não funcionam exatamente como acontecia na Ágora grega (Antiguidade Clássica); ou como nos cafés e salões da França e da Inglaterra do final do século XVII e



Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia e do Departamento de  
Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018  
ISSN 2175-3709

início do século XVIII (Idade Moderna). Construir uma narrativa evolutiva de perda dos espaços públicos, nostálgica e idealista, pode não ser o melhor caminho para descrever e interpretar a situação atual. Será que temos comprovações empíricas suficientes para afirmarmos de maneira categórica que os espaços públicos das cidades contemporâneas foram substituídos pelos shoppings centers, parques temáticos, condomínios fechados, centros empresariais etc.? Que a população das grandes cidades deixou realmente de frequentar os seus espaços públicos mais tradicionais, a exemplo das áreas centrais, calçadas, parques, praças, alamedas e largos? Que a administração e a gestão dos espaços públicos estão nas mãos de indivíduos, empresas e propriedades privadas? Que os espaços públicos deixaram de ser utilizados como espaços políticos e de encontro entre os livres e diferentes? Resumidamente, será que podemos realmente dizer que as características associadas às chamadas cidades pós-modernas se generalizaram em cidades de todo o mundo?

Sem desconsiderar completamente esse ponto de vista, que de fato deve ser debatido; gostaria de propor, pois, conforme já sugerido por alguns autores que questionam a validade da assim denominada tese do fim dos espaços públicos, a substituição da expressão fim com sentido de finitude, pela expressão fins com sentido de finalidades. Constatar a multiplicidade de novos usos e finalidades, ao invés de decretar a

“regressão”, a “decadência”, a “crise” e o “fim” dos espaços públicos seria, a meu ver, muito mais produtivo. Na medida em que, anunciar o “fim” dos espaços públicos, definitivamente, não facilitaria a construção de valores cívicos e democráticos e, pior ainda, reconhecera que o individualismo, a segregação e a exclusão são fenômenos generalizados em nossas cidades, o que pode ser considerado questionável.

Foi nas grandes cidades da sociedade moderna que os espaços públicos ganharam importância. Para alguns autores, nas cidades modernas, a vida política (pública) e o consumo pareciam conviver plenamente. Porém, a igualdade e a liberdade, que sempre foram imagens fortemente associadas às cidades do início da Idade Moderna nunca se concretizaram plenamente. Tanto a cidade aberta e sem exclusões, quanto uma ordem política que incorpore todos os cidadãos como iguais nunca existiu de forma plena, mas também nunca perdeu o seu papel como referência. Ao eliminar nosso desejo pela elaboração de categorias fixas no tempo e no espaço, ou seja, conceitos rígidos e excessivamente normativos das noções de público e privado, que estão por trás da maioria dos estudos que fazem apelo à narrativa da “retração” para compreender a situação atual dos espaços públicos, muito provavelmente reconheceremos a fundamental importância desses espaços para a construção de sociedades que se pretendam realmente democráticas.

Com algumas exceções, conforme demonstramos ao longo do presente ensaio, parte significativa dos autores que refletem sobre o tema dos espaços públicos possui uma aceção idealizada e romântica dos mesmos. A interpretação que muitos autores fazem das recentes transformações ocorridas em diversas cidades e espaços públicos de todo o mundo não apenas negam os princípios de liberdade, igualdade, fraternidade e, principalmente, diversidade, como tomam a desigualdade, o individualismo e a segregação como valores gene-

ralizados; ou seja, tais fenômenos seriam expressões de uma sociedade urbana com valores opostos àqueles que costumamos associar ao topônimo cidade: como a urbanidade, a civilidade, a polidez, a cortesia, a cidadania, o cosmopolitismo e a sociabilidade pública. A própria existência desses sistemas comportamentais diversos, essenciais em sociedades democráticas e que regem parte significativa de nossa vida pública, demonstra claramente a vivacidade política, cultural e social dos espaços públicos nas cidades contemporâneas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABASA, Mona. Shopping malls, consumer culture and the reshaping of public space in Egypt. *Theory, Culture and Society*. London, Vol. 18, Nº. 97, pp. 97-122, 2001.

ANDERSON, Jamie et al. Lively social space, well-being activity, and urban design: findings from a low-cost community-led public space intervention. *Environment and Behavior*, Vol. 49, Nº 6, pp. 685-716, 2016.

AREFI, Mahyar & MEYERS, William. What is public about public space: the case of Visakhapatnam, India. *Cities, Great Britain*, Vol. 20, Nº. 5, pp. 331-339, 2003.

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 351 p., 2007.

\_\_\_\_\_. *O que é política?* Tradução de Reinaldo Guarany. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 240 p., 2002.

BECK, Ulrich. The cosmopolitan society and its enemies. *Theory, Culture & Society*, London, Vol. 19, Nº 1-2, pp. 17-44, 2002.

BEJMA, Jackeline. What factors contribute to the successful utilization of public space? DePaul University, Research Seminar Ruth Gannon-Cook, July 30, pp. 1-26, 2007.

BERG, Julie. Seeing like private security: evolving mentalities of public space protection in South Africa. *Criminology & Criminal Justice*, Vol. 10, Nº 3, pp. 287-301, 2010.

BLÖBAUM, Anke & HUNECKE, Marcel. Perceived danger in urban public space: the impacts of physical features and personal factors. *Environment and Behavior*, Vol. 37 Nº 4, pp. 465-486, 2005.

BODDY, Trevor. Underground and overhead: building the analogous city. In: SORKIN, Michael (Ed.) *Variations on a theme*



Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia e do Departamento de  
Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018  
ISSN 2175-3709



park: the new American city and the end of public space. New York: Hill and Wang, pp. 123-153, 1992.

BODNAR, Judit. Reclaiming public space. *Urban Studies*, Vol. 52, Nº 12, pp. 2090–2104, 2015.

BORJA, Jordi. Citizenship and public space. Published in Various Authors. Real city, ideal city. Signification and function in modern space. *Urbanitats*, Barcelona, Nº. 7, pp. 1-12, 1998.

BOYER, Christine. Cities for sale: merchandising history at South Street Seaport. In: SORKIN, Michael (Ed.) Variations on a theme park: the new American city and the end of public space. New York: Hill and Wang, pp. 181-204, 1992.

BYERS, Jack. The privatization of downtown public space: the emerging grade-separated city in North America. *Journal of Planning Education and Research*, Vol. 17, pp. 189-205, 1998.

CALDEIRA, Teresa. Cidade de muros: crime segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/Edusp, 400 p., 2000.

\_\_\_\_\_. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos*, CEBRAP, Nº 47, pp. 155-176, 1997.

CAMPBELL, Kelly. Theorizing the authentic: identity, engagement, and public space. *Administration & Society*, Vol. 36, Nº 6, pp. 688-705, 2005.

CASSEGARD, Carl. Contestation and bracketing: the relation between public space and the public sphere. *Environment and Planning D: Society and Space*, Vol. 32, pp. 689-703, 2014.

COAFFEE, Jon; O'HARE, Paul & HAWKESWORTH, Marian. The visibility of (in)security: the aesthetics of planning urban defenses against terrorism. *Security Dialogue*, Vol. 40, pp. 489-511, 2009.

COOPER, Davina. Regard between strangers: diversity, equality and the reconstruction of public space. *Critical Social Policy*, Vol. 18, Nº 4, pp. 465-492; 1998.

CRAWFORD, Margaret. The world in a shopping mall. In: SORKIN, Michael (Ed.) Variations on a theme park: the new American city and the end of public space. New York: Hill and Wang, pp. 3-30, 1992.

\_\_\_\_\_. Contesting the public realm: struggles over public space in Los Angeles. *Journal of Architectural Education*, Vol. 49, Nº. 1, pp. 4-9, 1995.

CUPERS, Kenny. Towards a nomadic geography: rethinking space and identity for the potentials of progressive politics in the contemporary city. *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 29, Nº 4, pp. 729–739, 2005.

DAVIDSON, Ronald & ENTREKIN, Nicholas. The Los Angeles coast as a public space. *The Geographical Review*, Vol. 95, Nº 4, pp. 578-593, 2005.

DAVIS, Diane. Zero-tolerance policing, stealth real estate development, and the transformation of public space: evidence from Mexico City. *Latin American Perspectives*, Vol. 40, Nº 2, pp. 53-76, 2013.

DAVIS, Mike. Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles. Tradução de Renato Aguiar. São Paulo: Scritta, 378 p., 1993.

\_\_\_\_\_. Fortress Los Angeles: the militarization of urban space. In: SORKIN, Michael (Ed.) Variations on a theme park: the new American city and the end of public space. New York: Hill and Wang, pp. 154-180, 1992.

DEAR, Michael. The postmodern urban condition. California: Blackwell Publishing, 337 p., 2000.

DEL RIO, Vicente. Considerações sobre o desenho da cidade pós-moderna. In: Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR: Recife, Vol. 1, pp. 685-714, 1997.

DEUTSCHE, Rosalyn. Art and public space: questions of democracy. Social Text, Duke University Press, N° 33, pp. 34-53, 1992.

DIXON, John; LEVINE, Mark & MCAULEY, Rob. Locating impropriety: street drinking, moral order, and the ideological dilemma of public space. Political Psychology, Vol. 27, N° 2, pp. 187-206, 2006.

DOHERTY, Joe et al. Homelessness and exclusion: regulating public space in european cities. Surveillance & Society, Vol. 5, N° 3, pp. 290-314, 2008.

DONAVAN, Michael. Informal cities and the contestation of public space: the case of Bogotá's street vendors, 1988-2003. Urban Studies, Vol. 45, N° 1, pp. 29-51, 2008.

ERKAN, Z. Public spaces of post-industrial and their changing roles (1). METU JFA, Vol. 24, N° 1, pp. 115-137, 2007.

FONSECA, Maria. Padrões sociais e uso do espaço público. Caderno CRH, Salvador, Vol. 18, N° 45, p. 377-394, 2005.

FORTUNA, Carlos. Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. Revista Crítica de Ciências Sociais, Vol. 63, pp. 123-148, 2002.

FRANCIS, Mark. Control as a dimension of public space quality. In: ALTMAN, Irwin & ZUBE, Ervin (ed.). Public Places and Spaces. New York and London, Plenum Press., pp. 147-169, 1989.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. Duke University Press. Social Text, N° 25/26, pp. 56-80, 1990.

FREEMAN, James. Democracy and danger on the beach, class relations in the public space of Rio de Janeiro. Space and Culture, Vol. 5, N° 1, pp. 9-28, 2002.

\_\_\_\_\_. Great, good, and divided: the politics of public space in Rio de Janeiro. Journal of Urban Affairs, Vol. 30, N° 5, pp. 529-556, 2008.

FRERS, Lars and MEIER, Lars. The limits of resistance in public spaces. Space and Culture, Vol. 20, N° 2, pp. 124-126, 2017.

GERRARD, Jessica. The 'lamentable sight' of homelessness and the society of the spectacle. Urban Studies, Vol. 52, N° 12, pp. 2219-2233, 2015.

GODFREY, Brian & ARGUINZONI, Olivia. Regulating public space on the beachfronts of Rio de Janeiro. *The Geographical Review*, Vol. 102, Nº 1, pp. 17-34, 2012.

GOFFMAN, Erving. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Tradução de Fábio Rodriguez Ribeiro da Silva. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOHEEN, Peter. Public space and the geography of the modern city. *Progress in Human Geography*, Vol. 22, Nº 4, pp. 479-496, 1998.

GOLDIE, Cassandra. Living in public space: a human rights wasteland? *Alternative Law Journal*, Vol. 27, Nº 6, pp. 277-281, 2002.

GOMES, Paulo. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 306 p., 2010.

\_\_\_\_\_. O silêncio das cidades: os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão. *Cidades*, Vol. 2, Nº 4, pp. 249-266, 2004.

\_\_\_\_\_. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I; GOMES, P. & CORRÊA, R (Ed.). *Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 19-41, 2012.

GOODSELL, Charles. The concept of public space and its democratic manifestations. *The American Review of Public Administration*, Vol. 33, Nº 4, pp. 361-383, 2003.

GOSS, John. The ‘magic of mall’: an analysis of form, function, and meaning in the contemporary retail-built environment. *Annals of Association of American Geographers*, Vol. 83, Nº. 1. pp. 45-75, 1999.

\_\_\_\_\_. Once-upon-a-time in the commodity world: an unofficial guide to mall of America. *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 89, Nº 1. pp. 18-47. 1993.

GOVERDE, Henri. Politics and public space: the Amsterdam square urban ensemble in cultural geographic perspective. International conference ‘Nature, Nation and Society’. Reconsidering “Politics” in Social and Political Geography, University of Nijmegen, The Netherlands, June 13-15, 2002.

HAAS, Tigran & OLSSON, Krister. Transmutation and reinvention of public spaces through ideals of urban planning and design. *Space and Culture*, Vol. 17, Nº 1, pp. 59-68, 2013.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Trad. Flavio R. Kothe. Rio de Janeiro. Editora Tempo Brasileiro, 1984.

HANKINS, Katherine & POWER, Emily. The disappearance of the state from “livable” urban spaces. *Antipode*, Vol. 41, Nº 5, pp. 845-866, 2009.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 14ª ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 349 p. 2003.

HOPKINS, Jeffrey. West Edmonton mall: landscape of myths and elsewhere. *The Canadian Geographer*, Vol. 34, N° 1, pp. 2-17, 1990.

HOWELL, P. Public space and the public sphere: political theory and the historical geography of modernity. *Environment and Planning 0: Society and Space*, Vol. 11, pp. 303-322, 1993.

HUNT, Stacey. Citizenship's place: the state's creation of public space and street vendors' culture of informality in Bogotá, Colombia. *Environment and Planning D: Society and Space*, Vol. 27, pp. 331- 351, 2009.

IVESON, Kurt. 'Making space public' through occupation: the aboriginal tent embassy, Canberra. *Environment and Planning A*, Vol. 49, N° 3, pp. 537-554, 2017.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo. Tradução de Carlos Mendes Rosa. Martins Fontes, 2003.

JACKSON, Lucy & VALENTINE, Gill. Performing "moral resistance"? Pro-Life and pro-choice activism in public space. *Space and Culture*, Vol. 20, N° 2, pp. 221-238, 2017.

JACKSON, Peter. Domesticating the street: the contested spaces of the high street and mall. In: FYFE, Nicholas (Ed). *The Images of the street: planning, identity and control in public space*. London and New York, Routledge, pp. 176-191, 1998.

JENLINK, Patrick. Creating public spaces and practiced places for democracy, discourse, and the emergence of civil society. *Systemic Practice and Action Research*, Vol. 20, N° 5, pp. 429-440, 2007.

JOHNSEN, Sarah; CLOKE, Paul & MAY, Jon. Day centres for homeless people: spaces of care or fear? Centre for Housing Policy, University of York. Final Print Ready Version, 1 April, 2005.

KENNELLY, Jacqueline & WATT, Paul. Restricting the public in public space: the london 2012 olympic games, hyper securitization and marginalized youth. *Sociological Research Online*, Vol. 18, N° 2, pp.1-6, 2013.

KILIAN, Ted. Public and private, power and space. In: LIGHT, Andrew & SMITH, Jonathan (Ed.). *The production of public space*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, pp. 115, 134, 1998.

KIRBY, Andrew. The production of private space and its implications for urban social relations. *Political Geography*, Vol. 27, N° 1, pp. 74-95, 2008.

KOCK, Regan & LATHAN, Alan. On the hard work of domesticating a public space. *Urban Studies Journal*, Vol. 50, N° 1, pp. 6-21, 2012.

KOFMAN, Eleonore. Citizenship for some but not for others: spaces of citizenship in contemporary Europe. *Political Geography*, Vol. 14, N° 2, pp. 121-137, 1995.

KOHN, Margaret. *Brave new neighborhoods: the privatization of public space*. New York and London: Routledge. 232 p., 2004.

\_\_\_\_\_. *Homo spectator: public space in the age of the*



Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia e do Departamento de  
Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018  
ISSN 2175-3709

spectacle. *Philosophy & Social Criticism*, Vol 34, Nº 5, pp. 467–486, 2008.

KOOHSARI, Mohammad et al. Public open space and walking: the role of proximity, perceptual qualities of the surrounding built environment, and street configuration. *Environment and Behavior*, Vol. 45, Nº 6, pp. 706–736, 2013.

KUMAR, Krishan & MAKAROVA, Ekaterina. The portable home: the domestication of public space. *Sociological Theory*, Vol. 26, Nº 4, pp. 324-343, 2008.

LEE, Nelson. How is a political public space made? The birth of Tiananmen Square and the may fourth movement. *Political Geography*, Vol. 28, Nº 1, pp. 32–43, 2009.

LEITE, Rogério. Contra usos e espaços públicos: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 17, Nº 49, pp. 115-134, 2002.

LIGHT, Andrew & SMITH, Jonathan. Introduction. In: LIGHT, Andrew & SMITH, Jonathan (Ed.). *The production of public space*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 268 p., 1998.

LYOTARD Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

LOW, Setha; TAPLIN, Dana & SCHELD, Suzanne. *Rethinking urban parks: public space and cultural diversity*. Texas, University of Texas Press. 240 p. 2005.

LOW, Setha & SMITH, Neil. Introduction. In: LOW, Setha & SMITH, Neil (Ed.). *The politics of public space*. London and New York, Routledge Taylor & Francis Group, 2006.

MADDEN, David. Revisiting the end of public space: assembling the public in an urban park. *City & Community*, Vol, 9, Nº 2, pp. 187-207, 2010.

MALONE, Karen. Street life: youth culture and competing uses of public space. *Environment & Urbanization*, Vol 14, Nº 2, pp. 157-168 2002.

MANDICH, Giuliana & CUZZOCREA, Valentina. “Domesticating” the city: family practices in public space. *Space and Culture*, pp. 1-13, 2015.

MEDINA, Ricardo. Cosmopolitanism and democracy beyond states: the cosmopolitan democracy project. *European Scientific Journal*, Especial Edition, Vol. 4, pp. 144-152, 2013.

MEIER, Lars. Transformations of public space and the limits of resistance in biographic narratives of workers. *Space and Culture*, Vol. 20, Nº 2, pp. 156-169, 2017.

MELUCCI, Alberto & AVRITZER, Leonardo. Complexity, cultural pluralism and democracy: collective action in the public space. *Social Science Information*, Vol. 39, Nº 4, pp. 507–527, 2000.

MELIK, Rianne; AALST, Irina & WEESEP, Jan. The private sector and public space in Dutch city centers. *Cities*, Vol. 26, pp. 202-209, 2009.

MITCHELL, Don. The end of public space? people's park, definitions of the public and democracy. *Annals of the Associations of American Geographers*, Vol. 85, N° 1, pp. 108-133, 1995.

\_\_\_\_\_. The right to the city: social justice and the fight for public space. New York: The Guilford Press, 2003.

\_\_\_\_\_. People's park again: on the end and ends of public space. *Environment and Planning A* 0(0) 1–16, 2016.

NÉMETH, Jeremy. Controlling the commons: how public is public space? *Urban Affairs Review*, Vol. 48, N° 6, pp. 811-835, 2012.

NÉMETH, Jeremy & SCHMIDT, Stephen. The privatization of public space: modeling and measuring publicness. *Environment and Planning B: Planning and Design*, Vol. 38, pp. 5-23, 2011.

NISSEN, Sylke. Urban transformation from public and private space to spaces of hybrid character. *Sociological Review*, Vol. 44, N° 6, pp. 1129-1149, 2008.

ORUM, Anthony. Public man and public space in Shanghai today. *American Sociological Association. City & Community*, Vol. 8, N° 4, pp. 369-389, 2009.

PAOLI, Maria Celia. Citizenship, inequalities, democracy and rights: the making of a public space in Brazil. *Social and Legal Studies.*, Vol. 1, pp. 143-159, 1992.

PARKINSON, John. How is space public? Implications for spatial policy and democracy. *Environment and Planning C: Government and Policy*, Vol. 31, pp. 682-699, 2013.

RANASINGHE, Prashan. Public disorder and its relation to the community–civility–consumption triad: a case study on the uses and users of contemporary urban public space. *Urban Studies Journal*, Vol. 48, N° 9, pp. 1925-1943, 2011.

RENNELS, T & PURNELL, D. Accomplishing place in public space: autoethnographic accounts of homelessness. *Journal of Contemporary Ethnography*, Vol. 46, N° 4, pp. 490-513, 2015.

REYES, Rodrigo and JUÁREZ, José. The right to work on the street: public space and constitutional rights. *Planning Theory*, Vol. 13, N° 4, pp. 370-386, 2014.

SCHMIDT, Stephan. Worldwide plaza: the corporatization of urban public space. *IEEE Technology and Society Magazine*, Vol. 23, N° 3, pp. 17-18, 2004.

SCHILLER, Nina; DARIEVA, Tsypylma & GRUNER-DO-MIC, Sandra. Defining cosmopolitan sociability in a transnational age. An introduction. *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 34, N° 3 pp. 399-418, 2011.

SENNETT, Richard. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SERPA, Ângelo. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto/EDUFBA, 2007.

\_\_\_\_\_. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, N°



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018  
ISSN 2175-3709

15, pp. 21 - 37, 2004.

SMITH, Neil. New city, new frontier: the lower east side. In: SORKIN, Michael (Ed.) Variations on a theme park: the new American city and the end of public space. New York: Hill and Wang, pp. 61-93, 1992.

SMITHSIMON, Gregory. Dispersing the crowd bonus plazas and the creation of public space. *Urban Affairs Review*. Vol. 43, Nº 3, pp. 325-351, 2008.

SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 19, pp. 93-111, 2006.

SOJA, Edward. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Joprge Zahar, 1993.

\_\_\_\_\_. Inside exopolis: scenes from Orange County. In: SORKIN, Michael (Ed.) Variations on a theme park: the new American city and the end of public space. New York: Hill and Wang, pp. 94-122, 1992.

SORKIN, Michael. Introduction. In: SORKIN, Michael (Ed.) Variations on a theme park: the new American city and the end of public space. New York: Hill and Wang, 1992.

\_\_\_\_\_. See you in Disneyland. In: SORKIN, Michael (Ed.) Variations on a theme park: the new American city and the end of public space. New York: Hill and Wang, pp. 205-232, 1992.

STAEHELI, Lynn. Political geography: democracy and the disorderly public. *Progress in Human Geography*, Vol. 34, Nº 1, pp. 67-78, 2010.

STAEHELI, Lynn & MITCHELL, Don. The people's property? power, politics and the public. New York: Routledge, 195 p., 2008.

STAEHELI, Lynn & MITCHELL, Don. Locating the public in research and practice. *Progress in Human Geography*, Vol. 31, Nº 6, pp. 792-811, 2007.

STAEHELI, Lynn & THOMPSON, Albert. Citizenship, community, and struggles for public space. *Professional Geographer*, Vol. 49, Nº 1, pp. 28-38, 1997.

TERZI, Cédric & TONNELAT, Stéphane. The publicization of public space. *Environment and Planning A*, Vol. 0, Nº 0, pp. 1-18, 2017.

VALE, Lawrence. Securing public space. *Places*, Vol. 17, Nº 3, pp. 38-42, 2006.

VALENTINE, Gill. Living with difference: reflections on geographies of encounter. *Progress in Human Geography*, Vol. 32, Nº 3, pp. 323-337, 2008.

VALENTINE, Gill & WAITE, Louise. Negotiating difference through everyday encounters: the case of sexual orientation and religion and belief. *Antipode*, Vol. 44, Nº. 2, pp 474-492, 2010.

VALENTINE, Gill; PIEKUT, Aneta & HARRIS, Catherine. Intimate encounters: the negotiation of difference within the family and its implications for social relations in public space. *The Geo-*

graphical Journal, Vol. 181, N° 3, pp. 280–294, 2015.

VIGNESWARAN, Dashan; IVESON, Kurt & LOW, Setha. Problems, publicity and public space: a resurgent debate. *Environment and Planning A*, Vol. 49, N° 3, pp. 496-502, 2017.

VOYCE, Malcolm. Shopping malls in Australia: the end of public space and the rise of ‘consumerist citizenship’? *Journal of Sociology*, Vol. 42, N° 3, pp. 269-286, 2006.

WALSH, Tamara. Who is the ‘public’ in public space? A Queensland perspective on poverty, homelessness and vagrancy. *Alternative Law Journal*, Vol 29, N° 2, pp.81-86, 2004.

WHITE, William. *The social life of small urban spaces*. New York: Project of Public Spaces 153 Waverly Place, 1980.

WINNER, Langdon. Silicon Valley mystery house. In: SORKIN, Michael (Ed.) *Variations on a theme park: the new American city and the end of public space*. New York: Hill and Wang, pp. 31-60, 1992.

YOON, Heeyeun and SRINIVASAN, Sumeeta. Are they well situated? Spatial analysis of privately owned public space, Manhattan, New York city. *Urban Affairs Review*, Vol. 51, N° 3, pp. 358–380, 2015.

YOUNG, Craig; DIEP, Martina & DRABBLE, Stephanie. Living with difference? The ‘cosmopolitan city’ and urban reimaging in Manchester, UK. *Urban Studies*, Vol. 43, N° 10, pp. 1687–1714, 2006.

ZHANG, Xuefan. Identifying consumerist privately owned public spaces: the ideal type of mass private property. *Urban Studies*, Vol. 54, N° 15, pp. 3464-3479, 2017.

ZUKIN, Charon. *The cultures of cities*. Oxford, Blackwell, 1995.

\_\_\_\_\_. *Naked city: the death and life of authentic urban places*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2010.